

ACORDO ACP-UE DE COTONU

**GRUPO DOS ESTADOS DE ÁFRICA,
DAS CARAÍBAS E DO PACÍFICO**

**CONSELHO
DA UNIÃO EUROPEIA**

Bruxelas, 13 de abril de 2016

ACP/21/003/16

ACP-UE 2112/16

DOCUMENTO CONJUNTO ACP-UE

Assunto: Relatório do Conselho de Ministros ACP-UE, à atenção da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE, sobre a aplicação do Acordo de Parceria ACP-UE em 2015

Nos termos do artigo 15.º, n.º 3, do Acordo de Parceria entre os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico e a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, assinado em Cotonu, em 23 de junho de 2000, tal como alterado pela primeira vez no Luxemburgo, em 25 de junho de 2005, e pela segunda vez em Uagadugu, em 23 de junho de 2010, a seguir designado por "Acordo de Parceria ACP-UE", o Conselho de Ministros ACP-UE apresenta à Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE o seu relatório sobre a aplicação do Acordo em 2015.

RELATÓRIO DO CONSELHO DE MINISTROS ACP-UE,
À ATENÇÃO DA ASSEMBLEIA PARLAMENTAR
PARITÁRIA ACP-UE, SOBRE A APLICAÇÃO
DO ACORDO DE PARCERIA ACP-UE

(2015)

ÍNDICE

Página

I.	Introdução	4
II.	Atividades do Conselho de Ministros ACP-UE e das suas instâncias preparatórias em determinados domínios de cooperação	5
1.	Cooperação política	5
2.	Desenvolvimento económico	6
3.	Cooperação comercial	6
4.	Cooperação para o financiamento do desenvolvimento	6
III.	Panorama dos trabalhos do Conselho de Ministros ACP-UE e das suas instâncias preparatórias e documentos adotados	7
1.	Reuniões	7
2.	Decisões	8
3.	Documentos políticos	8

I. INTRODUÇÃO

O ano de 2015 foi assinalado por intensas negociações sobre o desenvolvimento do setor privado nos países ACP bem como pelo reforço da cooperação entre a União Europeia e os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico nas instâncias internacionais, tendo em vista os debates sobre o quadro pós-2015. As partes procederam igualmente a um primeiro debate sobre o quadro pós-2020. Além disso, os acontecimentos trágicos de abril de 2015 no Mediterrâneo suscitaram um importante debate no Conselho de Ministros ACP-UE sobre a migração.

Em paralelo, o Conselho de Ministros ACP-UE, assistido pelas suas instâncias preparatórias, continuou a desenvolver a cooperação ACP-UE noutros domínios relacionados com os seus três pilares: a cooperação política, a cooperação económica e comercial e a cooperação para o financiamento do desenvolvimento.

II. ATIVIDADES DO CONSELHO DE MINISTROS ACP-UE E DAS SUAS INSTÂNCIAS PREPARATÓRIAS EM DETERMINADOS DOMÍNIOS DE COOPERAÇÃO

1. Cooperação política

Em 2015, o Conselho de Ministros ACP-UE e o Comité de Embaixadores ACP-UE centraram-se na cooperação política em três domínios: a Agenda para o Desenvolvimento pós-2015, a migração e as relações ACP-UE pós-2020.

O quadro geral pós-2015 foi debatido no contexto da preparação da Terceira Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento, em julho de 2015, em Adis Abeba, e da Cimeira das Nações Unidas para a adoção da agenda para o desenvolvimento pós-2015 em Nova Iorque, em setembro de 2015, tendo em conta que o acordo sobre a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável pós-2015 terá igualmente implicações importantes para as negociações no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas.

A migração foi o segundo tema dominante da cooperação ACP-UE na esfera política. Os trágicos acontecimentos no Mediterrâneo, em abril de 2015, impulsionaram o diálogo ACP-UE sobre esta importante questão. Na sequência de uma troca de opiniões, o Conselho aprovou as recomendações da reunião dos peritos ACP-UE sobre o tráfico de seres humanos e a introdução clandestina de migrantes (ACP/28/006/15 – ACP-UE 2111/15).

Tiveram início as discussões preliminares sobre as relações ACP-UE pós-2020, tendo ambos os lados apresentado uma panorâmica da situação e as próximas etapas no seu próprio processo de reflexão interna.

Na sua reunião de maio, o Conselho de Ministros ACP-UE examinou os resultados das sessões da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE, que tiveram lugar em 2014 em Estrasburgo, e adotou o relatório à Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE sobre a aplicação do Acordo de Parceria ACP-UE em 2014.

2. Desenvolvimento económico

As estratégias de desenvolvimento económico ocuparam um lugar proeminente na ordem do dia do Conselho de Ministros ACP-UE e das suas instâncias preparatórias, com dois pontos importantes: o futuro do apoio da UE ao desenvolvimento do setor privado nos países ACP e o Centro de Desenvolvimento Empresarial (CDE).

3. Cooperação comercial

A cooperação comercial mereceu um lugar de destaque na agenda do Conselho de Ministros ACP-UE e das suas instâncias preparatórias: foi debatida tanto a nível ministerial (pelo Conselho de Ministros ACP-UE e pelo Comité Ministerial Misto ACP-UE para as Questões Comerciais), como a nível de altos funcionários (Comité de Embaixadores ACP-UE, Subcomité de Cooperação Comercial). Os debates comerciais centraram-se 1) nos Acordos de Parceria Económica, 2) no impacto de um acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP) sobre os países em desenvolvimento, 3) na gestão dos recursos mineiros e naturais, e 4) nos produtos de base.

Relativamente aos APE, o ano de 2015 trouxe progressos significativos ao processo de negociação. O processo de assinatura do APE com a África Ocidental, que teve início em dezembro de 2014, estava em curso. Além disso, tanto o APE SADC como o APE EAC foram rubricados e a sua ulitimação jurídica estava em curso.

O Comité Ministerial Misto ACP-UE para as Questões Comerciais e o Subcomité de Cooperação Comercial discutiram ainda outros assuntos relacionados com o comércio: as negociações da UE com países terceiros, as medidas não pautais, o regime SPG reformado da UE, as regras de origem, a Agenda pós-2015, questões relacionadas com a OMC e a criação de capacidades comerciais.

4. Cooperação para o financiamento do desenvolvimento

No domínio da cooperação para o financiamento do desenvolvimento, o financiamento da Agenda para o Desenvolvimento pós-2015, e do 11.º FED (programação intra-ACP, programação nacional e regional e a facilidade de transição) constituíram os temas principais dos debates nas instituições conjuntas.

III. PANORAMA DOS TRABALHOS DO CONSELHO DE MINISTROS ACP-UE E DAS SUAS INSTÂNCIAS PREPARATÓRIAS E DOCUMENTOS ADOTADOS

1. Reuniões

A fim de prosseguir os objetivos fixados no Acordo de Parceria ACP-UE, o Conselho de Ministros ACP-UE e as suas instâncias preparatórias realizaram em 2015 as seguintes reuniões:

- Conselho de Ministros ACP-UE (Bruxelas, 28-29 de maio de 2015)¹;
- Comité ACP-UE de Cooperação para o Financiamento do Desenvolvimento (Ministros) (Bruxelas, 28 de maio de 2015)²;
- Comité de Embaixadores ACP-UE (Bruxelas, 17 de abril de 2015)³;
- Subcomité ACP-UE de Cooperação Comercial (Bruxelas, 27 de março de 2015)⁴;
- Comité ACP-UE de Cooperação para o Financiamento do Desenvolvimento (mandatários) (Bruxelas, 14 de abril de 2015).

As informações detalhadas sobre as reuniões das instituições acima indicadas constam dos resultados dos trabalhos das respetivas reuniões.

O Conselho de Ministros ACP-UE realizou também debates com a Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE, na 29.ª sessão realizada em Suva, Fiji, de 15 a 17 de junho de 2015, e na 30.ª sessão realizada em Bruxelas, de 7 a 9 de dezembro de 2015.

¹ Resultados dos trabalhos: ACP/21/001/16 – ACP-UE 2103/16.

² O relatório oral da reunião figura em anexo aos resultados dos trabalhos do Conselho de Ministros ACP-UE (ACP/21/001/16 – ACP-UE 2103/16).

³ Resultados dos trabalhos: ACP/22/001/16 – ACP-UE 2102/16.

⁴ Resultados dos trabalhos: ACP/61/001/16 – ACP-UE 2101/16.

2. Decisões

Em 2015, foi adotada, no âmbito da prossecução dos objetivos fixados no Acordo de Parceria ACP-UE, a seguinte decisão:

- Decisão n.º 1/2015 do Comité de Embaixadores ACP-UE, de 12 de outubro de 2015, relativa à nomeação de um membro do Conselho Executivo do Centro Técnico de Cooperação Agrícola e Rural (CTA)⁵.

3. Documentos políticos

O Conselho de Ministros ACP-UE adotou os seguintes documentos de carácter político:

- Relatório do Conselho de Ministros ACP-UE, à atenção da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE, sobre a aplicação do Acordo de Parceria ACP-UE em 2014⁶, adotado pelo Conselho de Ministros ACP-UE em 29 de maio de 2015;
- Diálogo ACP-UE sobre migração e desenvolvimento – Recomendações da reunião de peritos ACP-UE sobre o tráfico de seres humanos e a introdução clandestina de migrantes⁷, adotado pelo Conselho de Ministros ACP-UE em 29 de maio de 2015.

⁵ ACP/84/065/15 – ACP-UE 2118/15.

⁶ ACP/21/001/15 – ACP-UE 2110/15.

⁷ ACP/28/006/15 – ACP-UE 2111/15.